

Processo: 1448/2017

Tipo: Projeto de Lei: 31/2017 Área do Processo: Legislativa Data e Hora: 24/01/2017 16:37:36 Procedência: Denner Januario da Silva

Assunto: "Dispõe sobre o incentivo ao turismo

religioso e dá outras providências".

Projeto de Lei nº 008/2017

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vitória/ES

O Vereador Denninho Silva, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante V.Exa. apresentar para análise e tramitação nessa casa o seguinte **PROJETO DE LEI**:

EMENTA

"Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências".

- Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso, instituindo diretrizes e garantias para o fortalecimento desta modalidade de turismo.
- Art. 2º. Para os efeitos desta Lei, considera-se turismo religioso todo deslocamento, traslado, visita, hospedagem, ainda que tenham origem no exterior relacionados a qualquer religião e com o objetivo de conhecer a história, cultura ou patrimônio por ela difundido em nossa cidade.
- Art. 3º. É considerado turismo religioso toda aquela atividade relacionada a visita a locais, espaços, monumentos, museus, santuários, igrejas, eventos ou atividades reconhecidamente relacionados às religiões.
- Art. 4°. Cabe ao Poder Executivo o incentivo ao turismo religioso, por meio do desenvolvimento sustentável, promoção e apoio do produto turístico religioso, implantação e ampliação de infraestrutura nas secretarias municipais incluindo roteiros turísticos religiosos e nas localidades em que estejam situados monumentos, santuários, igrejas, templos ou locais preservados de relevante valor religioso.
- Art. 5°. É vedado o turismo religioso que acarrete em degradação do meio ambiente; da biodiversidade; dos santuários, igrejas, e monumentos religiosos que integrem o patrimônio cultural de interesse turístico; impacto socioambiental ou que atente contra a preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais.
- Art. 6°. O Poder Executivo editará regulamento específico aos operadores, empreendimentos e equipamentos voltados ao turismo religioso, estabelecendo normas de qualidade, eficiêncía, segurança na prestação dos serviços.

denninho@denninhosilva.com.br

Denninho Silva

www.denninhosilva.com.br

Vereador Denninho Silva

Câmara Municipal de Vitória Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778 Bento Ferreira - Vitória-ES

CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



Processo	Folha	Rubnca
9.1.		0.0

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 7°. O Poder Executivo, anualmente editará e dará publicidade aos dados estatísticos com indicadores relativos às atividades de turismo religioso, empreendimentos turísticos e fluxo de turistas por localidade.

Art. 8°. O Poder Executivo editará Programa destinado ao incentivo e promoção de cursos, seminários e encontros voltados para a discussão e aperfeiçoamento das ações voltadas ao turismo religioso.

Art. 10°. É vedado o turismo religioso que promova práticas discriminatórias a outras crenças.

Art. 11. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Denninho Silva Vereador - PPS



Denninho Silva

www.denninhosilva.com.br



Câmara Municipal de Vitória Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778 Bento Ferreira - Vitória-ES CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516





JUSTIFICATIVA

No Brasil a religião se relaciona de forma muito próxima com as raízes culturais nacionais, carecendo, no entanto, de incentivo proporcional à tal modalidade de turismo que notadamente detém significativo potencial inexplorado.

Em pesquisa sobre o assunto, verificamos que anualmente são realizadas mais de 08 (oito) milhões de viagens domésticas com finalidade religiosa e que mais de 25 mil turistas estrangeiros ao ano são recebidos no Brasil em razão da modalidade de turismo em questão.

Nossa capital ficar fora desse eixo é relegar esse expressivo potencial turístico, negligenciando o dever de promoção dos aspectos históricos e culturais, sendo salutar que o Poder Legislativo promova o aprimoramento da legislação municipal de modo a incentivar a expansão do turismo religioso e consequentemente da cultura brasileira derivada deste nicho tão especial.

Nada obstante, é relevante destacar que medidas como a presente podem ser responsáveis diretas pelo aquecimento de economias local com a geração de empregos, investimentos em infraestrutura, comercialização de produtos e serviços, dadas as devidas proporções contribuindo diretamente com a superação da estagnação econômica em que vivemos no atual momento do país.

Ante o exposto, pela relevância do Projeto de Lei e pelos benefícios que dele advirão, espero dos nobres pares apoio para seu aperfeiçoamento e aprovação

Atenciosamente,

Deminho Silva Vereador - PPS

Vitória, 24 de janeiro de 2017.

denninho@denninhosilva.com.br

Denninho Silva

www.denninhosilva.com.br

Vereador Denninho Silva

Câmara Municipal de Vitória Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1778 Bento Ferreira - Vitória-ES CEP: 29.050-625 (27) 3334-4516



CÂMARA	MUNICIPAL	DE	VITÓRIA
ESTADO DO I	SPÍRITO SANTO		

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓR
Processo Folha Rubrica
LHH8 of Such-

PARA BUCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO
Em. 09 102 17
ETOR
NCLUA-SE EM PAUTA PARA DISCUSSÃO ESPECIAL
Em, 01/02/14
Presidente da Câmara
PAUTADO EM - DISCUSSÃO
Em 2 / 2 / 2
The state of the s
PRESIDIALE A
PRESIDENTE DA CÂMARA
PAUTADO EM - DISCUSSÃO
Em 7 2 2
PRESIDENTE DA CÂMARA
AUTADO EM - DISCUSSÃO
Em (//) / 1 //
n //
PRESTDENTE DA CÂMADA
CONDENTE DA CAMARA

AO S A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES)	
AO S A.C (SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES) PARA ENCAMINHAR O PRESENTE PROCESSO ÀS COMISSÕES ABAIXO 1)	
1) (W) (The e TUNISMO	
3)	
4) EM 7 2 120 (==	
DIRETOR DEL	
DIRETORDEL	
NGLUA-SE EM.PAUTA PARA	
NOLUA-SE TM.PAUTA PARA	
Presidente da CAmera	
· \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	
· Carrier Andrews Andr	
No. of the second secon	:
The second secon	
The state of the s	
Explained and the state of the	



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA
Processo Folha Rubrica

NUS OS M

La Verendor Louvil, Presidente da Comisson de Justiça, para Avocour au designar relator.
Comisson de Justica, para Averour, au
designar relater.
SAC
En 06 103/17
Dynna limita ppen davaluaño ao C A C
Prazo limite para devolução ao S.A.C (Serviço de Apoio às Comissões at:
09103117
Secretaria do S.A.C.
Adda C
COMISSÃO DE JUSTIÇA Gandre Parrimo.
EM, 07 03 17
Leonil PPS
PFS
Prazo limite para devolução ào S.A.C.
(Serviço de Apolo às Comissões até
4103/14
Secretaria do S.A.C.
J
Co Del ISAC
Cissós duntar aos autos parecer do
del ator encaminhamos o Presente.
Em 21/03/2017
<u> </u>
Saul Siqueira Saul Siqueira Chefe de Gabinete CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Satt Steff Gabinete Chefe de Gabinete
CAMARA MUNICIPAL



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Projeto de Lei: 31/2017 **Processo:** 1448/2017

Autora: Denner Januário da Silva

Ementa: "Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências".

I – RELATÓRIO

De autoria do Vereador Deninho Silva, o presente Projeto de Lei dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso.

Pelo projeto, deverão ser instituídas diretrizes e garantias de maneira a incentivar tal modalidade de turismo, fortalecendo-a em todos os seus aspectos.

Também define o que é entendido como turismo religioso para a finalidade desta lei, bem como determina ao Poder Executivo que proceda com a ampliação das estruturas existentes na administração, incluindo roteiros turísticos religiosos, como forma de fomentar a referida modalidade.

Prevê ainda a regulamentação desta lei, por parte do Poder Executivo, bem como a publicização dos dados estatísticos relativos ao turismo religioso.

Este é o relatório.

II - PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei em epígrafe dispõe que o Poder Executivo incentive, através de suas ferramentas, o turismo religioso no âmbito do Município de Vitória.

Importante registrar que segundo a Constituição da República, o Estado Brasileiro é Laico.

Contudo, denota-se que o espírito do presente Projeto de Lei não privilegia nenhum tipo de religião, em detrimento a qualquer outra. Senão vejamos:

O Art. 2º dispõe textualmente que esta modalidade de turismo poderá ser iniciada por qualquer religião.

Já em seu artigo 3º o projeto faz um apontamento do roteiro a ser prestigiado, mostrando ser um roteiro turístico histórico-religioso.

Os reflexos do nascimento desta lei podem ser extremamente positivos para o município, pois acarretará um incremento na economia local, em todos os seus ramos, tais como rede hoteleira, comércio, serviços.

Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 1788 – Ed. Paulo Pereira Gomes 5º Andar, sala 504 – Bento Ferreira – Vitória – ES – CEP: 29.050-940.



E assim, nos termos da fundamentação supra, após a análise técnica especializada quanto aos aspectos legais da proposição, de acordo com os ditames constitucionais e legais pertinentes à matéria e, em atendimento ao artigo 61 da Resolução 1919/14, s.m.j., votamos pela **CONSTITUCIONALIDADE** E **LEGALIDADE** do Projeto de Lei 31/2017.

É o parecer.

Palácio Atílio Vivácqua, 14 de Março de 2017.

Sandro Parrini Vereador – PDT Comissão de Justiça - Relator Matéria: Projeto de Lei nº 31/2017

~ ·~	
Relinian	•
Reunião	•

Comissão de Justiça 2103

Data:

21/03/2017 - 14:39:29 às 14:42:20

Tipo:

Nominal

Turno:

Quorum:

Ata

Total de Presentes : 5 Parlamentares

N.Ordem Nome do Parlamentar 30 Leonil 32 Mazinho dos Anjos 34 Roberto Martins 28 Sandro Parrini 36 Waguinho Ito	Partido	Voto	Horário
	PPS	Sim	14:42:00
	PSD	Sim	14:41:59
	PTB	Nao	14:42:12
	PDT	Sim	14:42:04
	PPS	Sim	14:41:58

Totais da Votação :

NÃO SIM 1 4

TOTAL 5

M

CÂMARA MUNICIPAL DE VITORIA

08

1448

PRESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA M	UNICIPAL D	E VITORIA
Processo	Folha	Rubrica
1448	09	M

ALO ILORDO	ador Geonil, Peresidente ida Comessas
Le Giltura	tor da mateura.
a rieman	e mismi, para Anocon, con
signor Relati	in ola malina.
	tm 22/03/14
	SAC
Prazo limite para de (Serviço de Apoio a	evolução ao S.A.C.
(Serviço de Apolo a	as Comissoes ate
And the second s	
Secretaria	do S.A.C.
· þ	Jur
	/
	DESIGNO PARA RELATAR NA
	COMISSÃO DE JUSTIÇA Maynho dos Caryos.
	EM, 03 104 17
	Veonil PPS
	nulo.
	Tolsoc
Resigno para	a velatar na comissão de cultura o refreador mothan mede
	04104117.
	Leonil Vereador - PPS
	CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Ann E	min. an Sac oté o dia 19104/17
Jan C	nviar ao Sac, até o dia 19104/17
	J



Processo	UNICIPAL I Folha	Rubrica
MUX	10	M

Processo nº: 1448/2017

Projeto de Lei nº: 031/2017

Autor: Denner Januário da Silva - PPS

<u>PARECER</u>

Da COMISSÃO DA CULTURA E TURISMO na forma do Art. 65, caput, e da Resolução nº 1.919/2014, sobre o Projeto de Lei nº 031/2017, de Procedência do Vereador Denner Januário da Silva, que dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências.

Relator: Vereador Nathan Medeiros

I - Relatório:

Trata-se de Projeto de Lei nº 031/2017, de autoria do Vereador Denner Januário da Silva (PPS), cujo escopo principal é instituir, no Município de Vitória, o incentivo ao turismo religioso.

Conforme se extrai dos autos, a presente proposição foi incluída na leitura do expediente interno do dia 01/02/2017 e foi encaminhada para a comissão de Constituição e Justiça no 06/03/2017, para emissão de parecer técnico.





Bento Ferreira, Vitória - ES 29050-940 Telefone: 27 3334-4519 e-mail: vereadornathanmedeiros@gmail.com

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788





Processo Folha Rubrica

O relator na Comissão de Constituição e Justiça, Vereador Sandro Parrini (PDT), analisando os aspectos formais e de constitucionalidade do respectivo Projeto de Lei, emitiu parecer opinando pela constitucionalidade e legalidade da matéria.

Em seguida os autos foram encaminhados à comissão de Cultura e Turismo para designar relator e o presidente da Comissão, Vereador Leonil (PPS), designou este Edil para emissão de Parecer Técnico sobre a matéria.

É o relatório, passo a opinar

II – Parecer do Relator:

A presente proposição vislumbra a possibilidade de instituir, no âmbito do Município de Vitória, o incentivo ao turismo religioso.

Vê-se que o projeto tem por objetivo principal incentivar o turismo religioso, com traslado, visita e hospedagem aos monumentos da cidade de Vitória.

Observando o presente Projeto de lei, ele não privilegia nenhuma religião em detrimento da outra, sendo certo que a modalidade do turismo poderá ser iniciada e exercitada por qualquer religião.

Nesse diapasão, é cediço que Estado *laico* é aquele que não adota uma religião oficial e no qual há separação entre a Religião e o Estado, de modo que não haja envolvimento entre os assuntos de um e de outro, muito menos sujeição do segundo ao primeiro. Portanto, Estado laico não é sinônimo de Estado antirreligioso.





Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira, Vitória - ES 29050-940 Telefone: 27 3334-4519 e-mail: vereadornathanmedeiros@gmail.com





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Processo Folha Rubrica

WWW W

Importante frisar que o Estado Brasileiro preserva a laicidade. Destaca-se que a laicidade é característica dos Estados (seculares) que assumem uma posição de neutralidade perante a religião, a qual se traduz em *respeito* por todos os credos e inclusive pela ausência deles (agnosticismo, ateísmo). E essa temática laicista é observado no projeto de lei sob análise.

Ante o exposto, considerando que a proposição extrapola os limites do Poder Legislativo e que já foi discutida em momento passado, NO MÉRITO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DA MATÉRIA.

É como parecer.

Edifício Paulo Pereira Gomes. Vitória, ES, 19 de abril de 2017.

Nathan Medeiros

Vereador – PSB





Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, 1788 Bento Ferreira, Vitória - ES 29050-940 Telefone: 27 3334-4519 e-mail: vereadornathanmedeiros@gmail.com



Matéria: Projeto de Lei nº 31/2017

Reunião: Data:

Comissão de Cultura e Turismo 1807 18/07/2017 - 15:34:48 às 15:43:13

Tipo:

Nominal

Turno:

Quorum:

Ata

Condição:

votos Sim

Total de Presentes : 3 Parlamentares

N.Ordem Nome do Parlamentar Leonil

30 31 Nathan Medeiros 28 Sandro Parrini

Partido Voto Sim PPS PSB Sim PDT Sim

Horário 15:43:03 15:43:04 15:43:09

Totais da /otação:

SIM NÃO 3 0

TOTAL 3

Mesa Direto a da Reunião :

Leonil

RESIDENTE

SECRETÁRIO



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Processo F

LITADO DO ESFIRITO SANTO	1448 14 14
	TO the second of
sho well,	
Ao Sr. (a): Sullivan manola	
ara providenciar a extração do avulso.	
6m 18/04/17	
SAC	
and the same of th	i'anux
	U
Sr. Diretor, devidamente providenciado.	
Sr. Diretor, devidamente providenciado.	
AD COLOR ALLON	
AŠSINATURA (
·	



CÂMARA ML	NICIPAL C	DE NIORI
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
1448	15	8

Câmara Municipal de Vitória DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

082/2017

UUZIZ	
PROCESSO	1448/2017.
PROJETO DE LEI	31/2017.
TO AND TO A	Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras
EMENTA	providências.
INICIATIVA	Denner Januário da Silva.
	Comissão de Constituição e Justiça – Pela
PARECER	Constitucionalidade e Legalidade. Comissão de Cultura e Turismo – Pela Aprovação.
	Comissão de Cultura e Turismo – Fela Aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCESSO FOLHA RUBRICA

INCLUA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA
EM, 25, 10, 2017
P. CONTRACTOR OF THE CONTRACTO
PRESIDENTE V
APROVADO REQUERIMENTO DE ADIAMENTO PELO VEREADOR EM, 25/10/242
EM, 25/10/2012
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA-APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO Em, 07/1/1/2017
Presidente da CMV
Tresidente da Siviv
Ao Sr.(Sra.), Para extração do Autógrafo de Lei e encaminhamento ao Executivo Municipal.
Em 1 120 1
Diretor DEL

Matéria: Projeto de Lei nº 31/2017 Autoria: Denninho Silva

Reunião:

109º Sessão Ordinária

Data:

07/11/2017 - 16:56:07 às 16:56:38

Tipo:

Nominal

Turno:

Ata

Quorum:

Total de Presentes: 13 Parlamentares

30 24 9 32 31 11 34 28 21 36	Nome do Parlamentar Cleber Felix Dalto Neves Davi Esmael Denninho Silva Leonil Luiz Paulo Amorim Max da Mata Mazinho dos Anjos Nathan Medeiros Neuzinha Roberto Martins Sandro Parrini Vinicius Simões Waguinho Ito Wanderson Marinho	Partido Voto PP Sim PTB Sim PSB Sim PPS Sim PPS Sim PPS Sim PPS Sim PDT Não Votou PSD Não Votou PSB Sim PSDB Sim PTB Sim PDT Sim PDS Não Votou PSB Sim	16:56:12 16:56:26 16:56:16 16:56:13
---------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------

Totais da Votação :

PRESIDENTE

SIM NÃO 12 0

SECRETÁRIO

TOTAL 12

PROCESSO FOLHA RUBRICA MH8 18

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 152

Vitória, 13 de Novembro de 2017.

Assunto: AUTÓGRAFO DE LEI

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 10.918/2017**, referente ao **Projeto de Lei nº 31/2017**, de autoria do Vereador **Denninho Silva**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 07 de Novembro de 2017.

Atenciosamente,

Vinícius Simões PRESIDENTE

Exmo. Sr.

Luciano Santos Rezende

Prefeito Municipal de Vitória

NESTA

Processo **6963244/2017** Prioridade: **EXPRESSA**Data 14/11/2017 Hora: 17:13
Requerente: VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto AUTÓGRAFO DE LEI

Documento. OFICIO - 152/2017 Destino **SEGOV/SUB-RI** Volume 01/01

Proc. N° 1.448/2017 - CMV/DEL



PROCESSO FOLHA RUBRICA

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 10.918

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 31/2017**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências.

- Art. 1°. Esta lei dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso, instituindo diretrizes e garantias pra o fortalecimento desta modalidade de turismo.
- Art.2°. Para os efeitos desta Lei, considera-se turismo religioso todo deslocamento, traslado, visita, hospedagem, ainda que tenham origem no exterior, relacionados a qualquer religião e com objetivo de conhecer a história, cultura ou patrimônio por ela difundido em nossa cidade.
- Art. 3°. É considerado turismo religioso toda aquela atividade relacionada a visita a locais, espaços, monumentos, museus, santuários, igrejas, eventos ou atividades reconhecidamente relacionados às religiões.
- Art. 4°. Cabe ao Poder Executivo o incentivo ao turismo religioso, por meio do desenvolvimento sustentável, promoção e apoio do produto turístico religioso, implantação e ampliação de infraestrutura nas secretarias municipais, incluindo roteiros turísticos religiosos, e nas localidades em que estejam situados monumentos, santuários, igrejas, templos ou locais preservados de relevante valor religioso.
- Art. 5°. É vedado o turismo religioso que acarrete em degradação do meio ambiente, da biodiversidade, dos santuários, igrejas, e

PROCESSO FOLHA RUBRICA

monumentos religiosos que integrem o patrimônio cultural de interesse turístico; impacto socioambiental ou que atente contra a preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais.

Art. 6°. O Poder Executivo editará regulamento específico aos operadores, empreendimentos e equipamentos voltados ao turismo religioso, estabelecendo normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços.

Palácio Atílio Vivácqua, 13 de Novembro de 2017.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Leonil Dias da Silva 2° SECRETÁRIO Wanderson José da Silva Marinho 1° SECRETÁRIO

Adalto Bastos das Neves
3° SECRETÁRIO

LAMAKA MUNICIPAL DE VITUKIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



PROCESSO FOLHA RUBRICA

Câmara Municipal de Vitória Estado do Espírito Santo Departamento Legislativo

· · ·	
	Sr. Diretor,
	Encaminhar para Expediente Externo
	A Lei Sancionada de la Colonia
	A Lei Sancionada nº 9200 2017 Em. 12/2017
	Funcionário Sautralo
•	
	INCLUÍDO NO EXPERIENTA
	INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO Em, -42-/-20-4-
	Em, -A//20-A
	Director/OEI
	DIRECTOR
	Ao DEL,
	Para providenciar os demais anativi
	Regimentais relativos ao presente processo.
·	Em, -42-/-4-/-201-4-
	Presidente



CÂMARA ML	NICIPALI	DE VITÓRIA	
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA	
1448	ر د	8	

SEGOV/593

Vitória, 04 de dezembro de 2017

Senhor Presidente:

Sancionei na Lei n° 9.210, anexa, o Autografo de Lei n° 10.918/17, referente ao Projeto de Lei n°31/17, de autoria do Vereador Denner Januário da Silva.

Atenciosamente,

Luciano Santos Rezende Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Vinícius José Simões

Presidente da Câmara Municip

Nesta

Ref.Proc.6963244/17

1448/17

Processo: 0/2017

Tipo: Documento: 837/2017

Área do Processo: Administrativa Data e Hora: 11/12/2017 11:05:08

Procedência: Prefeitura Municipal de Vitória Assunto: Sancionando a Lei Nº 9.210, anexa, o Autógrafo de Lei Nº 10.918/17 de autoria de Denner

Januário da Silva.

Projeto de Lei nº: 31 2017

Processo nº: 1448 2017

Autor: Denninho Silva

Prefeitura Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

LEI N° 9.210

The state of the s
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA
DE: 06 / 12 / 17
Kureu
RUBRICA

Dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1°. Esta Lei dispõe sobre o incentivo ao turismo religioso, instituindo diretrizes e garantias pra o fornecimento desta modalidade de turismo.

Art. 2°. Para efeitos desta Lei, considera-se turismo religioso todo deslocamento, traslado, visita, hospedagem, ainda que tenha origem no exterior, relacionados a qualquer religião e com objetivo de conhecer a história, cultura ou patrimônio por ela difundido em nossa Cidade.

Art. 3°. E considerado turismo religioso toda aquela atividade relacionada a visita a locais, espaços, monumentos, museus, santuários, igrejas, eventos ou atividades reconhecidamente relacionados às religiões.

Art. 4°. Cabe ao Poder Executivo o incentivo ao turismo religioso, por meio do desenvolvimento sustentável, promoção e apoio do produto turístico religioso, implantação e ampliação de infraestrutura nas Secretarias, incluindo roteiros turísticos religiosos, e nas localidades em que estejam situados monumentos, santuários, igrejas, templos ou locais preservados de relevante valor religioso.

fe

Lei nº 9.210-17

FOLHA	RUBRICA
24	9
	FOLHA

Art. 5°. É vedado o turismo religioso que acarreta em degradação ao meio ambiente, da biodiversidade, dos santuários, igrejas e monumentos religiosos que integram o patrimônio cultural de interesse turístico; impacto socioambiental ou que atente contra a preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais.

Art. 6°. O Poder Executivo editará regulamento específico aos operadores, empreendimentos e equipamentos voltados ao turismo religioso, estabelecendo normas e qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços.

Art. 7°. Esta Lei entra em vigor na data
de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 04 de dezembro.

Luciano Santos Rezende Prefeito Municipal

Ref.Proc.6963244/17



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CAMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PROCESSO FOLHA RUBRICA

1448 25 4

Em. 18 12	de Vitória Manola oto. Legislativo IPAL DE VITÓRIA	
m, AS / No	nds	